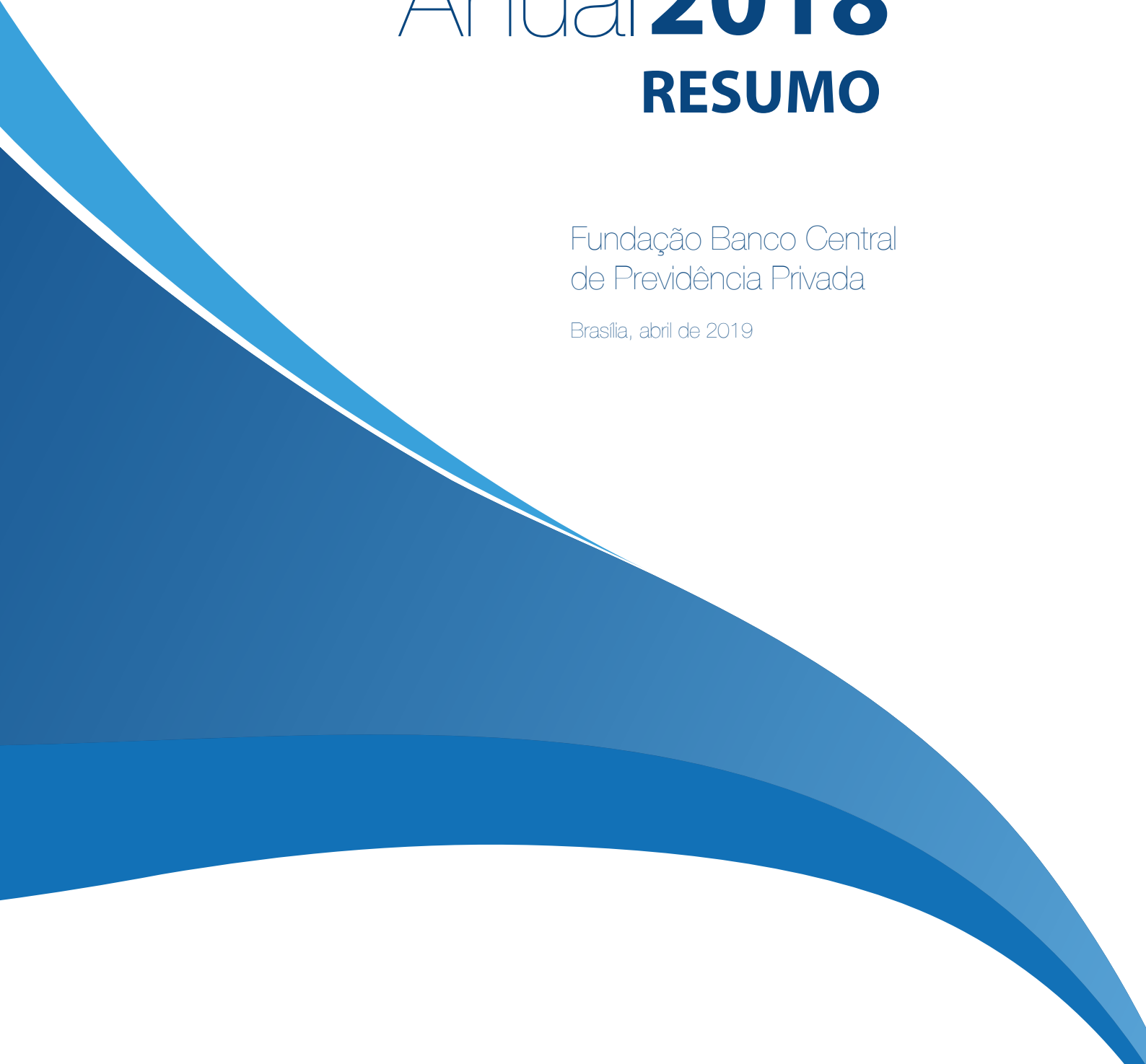




Relatório Anual **2018** **RESUMO**



Relatório Anual **2018** **RESUMO**

Fundação Banco Central
de Previdência Privada

Brasília, abril de 2019





Missão

Proporcionar bem-estar e segurança à família.



Visão de Futuro

Ser reconhecida pela excelência e inovação no segmento de previdência complementar.



Valores Organizacionais

Ética, Transparência,
Responsabilidade Social,
Excelência e Inovação.



Centrus

SUMÁRIO





INSTITUCIONAL 6



SITUAÇÃO PATRIMONIAL 10

Plano Básico de Benefícios - PBB **12**

Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC **13**

Plano de Contribuição Definida - PCD **15**

Plano de Gestão Administrativa - PGA **17**

Demonstrativos de Investimentos **18**

Composição da Administração dos Recursos **22**

Rentabilidade **24**

Custos Incorridos com a Administração dos Recursos **25**



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 26



AVALIAÇÃO ATUARIAL 36



INSTITUCIONAL





Institucional

A Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus tem uma história de 38 anos, marcada pela solidez e credibilidade no segmento de previdência complementar. Atualmente, administra três planos de benefícios, sendo o Plano Básico de Benefícios - PBB e o Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC categorizados como de Benefício Definido - BD e o Plano de Contribuição Definida - PCD, classificado como de Contribuição Definida - CD.



PBB

1.780

PESSOAS VINCULADAS



Patrocinado pelo Banco Central do Brasil, reúne apenas seus funcionários aposentados até 1990 e respectivos beneficiários.

PBDC

304

PESSOAS VINCULADAS



Patrocinado pela Centrus, tem como participantes seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários.

PCD

1544

PESSOAS VINCULADAS



Sob o patrocínio não contributivo do Banco Central e contributivo da Centrus, é integrado por servidores e ex-servidores da autarquia, empregados e ex-empregados da Fundação e respectivos beneficiários.



Localização e Contatos

SCN Quadra 2 - Bloco A
Ed. Corporate Financial Center - 8º andar
CEP 70712 900 - Brasília (DF)

☎ +55 (61) 2192 1414

☎ +55 (61) 98138 8995

☎ 0800 704 0494 | Atendimento

(Ligação nacional gratuita de telefone fixo)

🌐 www.centrus.org.br

✉ ouvidoria@centrus.org.br

📷 [@centrus_previdencia](https://www.instagram.com/centrus_previdencia)







SITUAÇÃO PATRIMONIAL



Plano Básico de Benefícios - PBB

Formado exclusivamente por assistidos em gozo de benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, o Plano continua em estágio natural de redução populacional observada ao longo dos últimos anos. Embora sem contar com o ingresso de novos recursos, pois as contribuições estão suspensas desde 2008, e em vias de executar o quinto processo consecutivo de destinação obrigatória de *superavit*, que geram desembolsos a crédito dos assistidos e do patrocinador Banco Central – adicionalmente ao pagamento de benefícios previstos em regulamento –, o PBB praticamente teve mantido o seu patrimônio no exercício, fruto essencialmente do bom desempenho obtido com os investimentos realizados em ativos de renda fixa e de renda variável.

Com referência ao Plano, não há registros relacionados a inadimplência de contribuições e a contrato de confissão de dívida de patrocinador.

Demonstração do Ativo Líquido

Em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
1. Ativos	6.294.440	6.291.282	0,1
Disponível	20	466	(95,7)
Recebível	333.046	313.562	6,2
Investimento	5.961.374	5.977.254	(0,3)
Títulos Públicos	5.386.300	5.169.157	4,2
Ações	180.659	302.711	(40,3)
Fundos de Investimento	277.481	368.780	(24,8)
Investimentos Imobiliários	93.420	110.470	(15,4)
Empréstimos e Financiamentos	21.479	22.961	(6,5)
Outros Realizáveis	2.035	3.175	(35,9)
2. Obrigações	581.959	498.466	16,7
Operacional	417.458	356.144	17,2
Contingencial	164.501	142.322	15,6
3. Fundos não Previdenciais	366.447	343.737	6,6
Fundo Administrativo	329.013	309.405	6,3
Fundos dos Investimentos	37.434	34.332	9,0
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	5.346.033	5.449.079	(1,9)
Provisões Matemáticas	3.306.601	3.381.290	(2,2)
<i>Superavit (Déficit) Técnico</i>	1.884.107	1.797.710	4,8
Fundos Previdenciais	155.325	270.079	(42,5)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	1.884.107	1.797.710	4,8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Em R\$ mil

	Descrição	2018	2017	Variação %
	A - Ativo Líquido - In��cio do Exercício	5.449.079	5.567.708	(2,1)
	1. Adi��o�es	579.552	527.461	9,9
(+)	Contribui��o�es	33	-	100
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	579.519	527.461	9,9
(+)	2. Destina��o�es	(682.598)	(646.090)	5,7
(-)	Benefícios	(653.351)	(621.954)	5,0
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(29.247)	(24.136)	21,2
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	(103.046)	(118.629)	(13,1)
(+/-)	Provis��o�es Matemáticas	(74.689)	(94.850)	(21,3)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(229.063)	(198.345)	15,5
(+/-)	<i>Superavit (Deficit) Técnico do Exercício</i>	200.706	174.566	15,0
	B - Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	5.346.033	5.449.079	(1,9)
	C - Fundos não Previdenciais	366.447	343.737	6,6
(+/-)	Fundo Administrativo	329.013	309.405	6,3
(+/-)	Fundos dos Investimentos	37.434	34.332	9,0

As notas explicativas são parte integrante das demonstra  o es contábeis.



Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC

A despeito de encontrar-se fechado a novas ades  o es, o patrim  nio total do Plano apresentou crescimento real superior a 5% no exercício, acompanhando tendência natural, por se tratar de plano de benefícios que conta com mais de 65% de participantes ativos e em processo de acumulação de reservas. O resultado reflete essencialmente o bom desempenho obtido com os investimentos nos segmentos de renda fixa e de renda variável, uma vez que as contribui  o es de participantes e da patrocinadora Centrus estão sendo suportadas por recursos provenientes de processos de destinação de *superavit* e que se encontram registrados em fundos previdenciais.

Assim como no PBB, não há registros no PBDC relativos a inadimplência de contribui  o es e a contrato de confissão de d  vida da patrocinadora.

Demonstração do Ativo Líquido

Em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
1. Ativos	489.463	454.769	7,6
Disponível	8	13	(38,5)
Recebível	17.066	16.041	6,4
Investimento	472.389	438.715	7,7
Títulos Públicos	366.645	318.416	15,1
Ações	34.357	63.480	(45,9)
Fundos de Investimento	65.251	51.424	26,9
Investimentos Imobiliários	2.474	2.926	(15,4)
Empréstimos e Financiamentos	3.604	2.380	51,4
Outros Realizáveis	58	89	(34,8)
2. Obrigações	17.729	17.910	(1,0)
Operacional	17.729	17.910	(1,0)
3. Fundos não Previdenciais	17.912	16.808	6,6
Fundo Administrativo	16.949	15.938	6,3
Fundos dos Investimentos	963	870	10,7
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	453.823	420.051	8,0
Provisões Matemáticas	218.894	205.856	6,3
<i>Superavit (Deficit) Técnico</i>	151.015	135.680	11,3
Fundos Previdenciais	83.914	78.516	6,9
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	151.015	135.680	11,3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo

Em R\$ mil

	Descri�o	2018	2017	Vari�o %
	A - Ativo Líquido - In�cio do Exercício	420.051	338.056	24,3
	1. Adi�es	44.280	95.507	(53,6)
(+)	Contribui�es	2.916	53.328	(94,5)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.364	41.654	(0,7)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	525	(100)
(+)	2. Destina�es	(10.509)	(13.512)	(22,2)
(-)	Benefícios	(10.509)	(13.512)	(22,2)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	33.772	81.995	(58,8)
(+/-)	Provisões Matemáticas	13.038	10.262	27,1
(+/-)	Fundos Previdenciais	5.398	44.810	(88,0)
(+/-)	<i>Superavit (Deficit) Técnico do Exercício</i>	15.335	26.923	(43,0)
	B - Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	453.823	420.051	8,0
	C - Fundos não Previdenciais	17.912	16.808	6,6
(+/-)	Fundo Administrativo	16.949	15.938	6,3
(+/-)	Fundos dos Investimentos	963	870	10,7

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.



Plano de Contribuição Definida - PCD

Observadas as características do Plano, os seus investimentos estão concentrados em ativos de elevada liquidez e aplicados a taxas que possam produzir rendimentos superiores ao Índice de Referência do PCD, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acrescida de juros de 4,5% a.a. O patrimônio total do Plano atingiu R\$ 178,2 milhões em 2018, com incremento da ordem de R\$ 8,3 milhões no exercício. O PCD conta com 655 participantes, sendo 471 ativos em processo de formação de reservas e 184 assistidos em gozo de benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, merecendo realce o significativo número de adesões recebidas durante o ano.

Demonstração do Ativo Líquido

Em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
1. Ativos	178.246	169.923	4,9
Disponível	4	11	(63,6)
Recebível	2.271	1.736	30,8
Investimento	175.971	168.176	4,6
Títulos Públicos	126.173	138.749	(9,1)
Ações	23.108	21.761	6,2
Fundos de Investimento	26.395	7.506	251,7
Empréstimos e Financiamentos	295	160	84,4
2. Obrigações	1.507	1.417	6,4
Operacional	1.507	1.417	6,4
3. Fundos não Previdenciais	2.276	1.735	31,2
Fundo Administrativo	2.271	1.735	30,9
Fundo dos Investimentos	5	-	-
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	174.463	166.771	4,6
Provisões Matemáticas	174.418	166.740	4,6
Fundos Previdenciais	45	31	45,2
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	174.463	166.771	4,6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Em R\$ mil

	Descri�o	2018	2017	Varia�o %
	A - Ativo Líquido - In�cio do Exercício	166.771	155.518	7,2
	1. Adi�o�es	19.464	22.755	(14,5)
(+)	Contribui�o�es	8.987	8.454	6,3
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.477	14.301	(26,7)
	2. Destina�o�es	(11.771)	(11.502)	2,3
(-)	Benefícios	(11.771)	(11.502)	2,3
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	7.692	11.253	(31,6)
(+/-)	Provis�o�es Matemáticas	7.678	11.243	(31,7)
(+/-)	Fundos Previdenciais	14	10	40,0
	B - Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	174.463	166.771	4,6
	C - Fundos não Previdenciais	2.276	1.735	31,2
(+/-)	Fundo Administrativo	2.271	1.735	30,9
(+/-)	Fundo do Investimentos	5	-	100,0

As notas explicativas são parte integrante das demonstra o es contábeis.

Não há, nos três Planos de Benefícios administrados pela Funda o, registro de apontamentos contidos no relatório do auditor independente nem de providências a serem tomadas quanto a destaques do Conselho Fiscal, constantes nas manifesta o es emitidas por esses órgãos de controle sobre as demonstra o es contábeis do exercício aprovadas pelo Conselho Deliberativo.



Plano de Gestão Administrativa - PGA

Demonstração

Em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
A - Fundo Administrativo do Exercício Anterior	327.078	303.740	7,7
1. Custeio da Gestão Administrativa	64.058	69.196	(7,4)
Receitas	64.058	69.196	(7,4)
Custeio Administrativo de Investimentos	42.503	43.173	(1,6)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	55	44	25,0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	21.476	25.923	(17,2)
Outras Receitas	24	56	(57,1)
2. Despesas Administrativas	42.326	45.253	(6,5)
2.1. Administração Previdencial	13.289	13.804	(3,7)
Pessoal e Encargos	9.679	10.027	(3,5)
Treinamentos/Congressos e Seminários	36	32	12,5
Viagens e Estadias	48	40	20,0
Serviços de Terceiros	927	938	(1,2)
Despesas Gerais	661	654	1,1
Depreciação e Amortização	129	133	(3,0)
Tributos	1.584	1.507	5,1
Outras Despesas	225	473	(52,4)
2.2. Administração dos Investimentos	29.037	31.449	(7,7)
Pessoal e Encargos	21.086	22.603	(6,7)
Treinamentos/Congressos e Seminários	114	101	12,9
Viagens e Estadias	153	128	19,5
Serviços de Terceiros	2.061	2.026	1,7
Despesas Gerais	2.135	2.091	2,1
Depreciação e Amortização	409	419	(2,4)
Tributos	2.367	2.585	(8,4)
Outras Despesas	712	1.496	(52,4)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	576	605	(4,8)
6. Sobre/Investimento da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	21.156	23.338	(9,3)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (5)	21.156	23.338	(9,3)
B - Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 6)	348.233	327.078	6,5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrativos de Investimentos

Comparativo de Investimento por Segmento de Aplicação

Consolidado

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2018		31.12.2017		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ¹	6.942.491	100,2%	6.895.188	100,0%	0,7%
Renda Fixa	6.403.891	92,2%	6.344.089	92,0%	0,9%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	6.403.891	92,2%	6.344.089	92,0%	0,9%
Títulos Públicos Federais	6.180.189	89,0%	5.910.563	85,7%	4,6%
Cotas FIRF - Renda Fixa	223.702	3,2%	433.526	6,3%	-48,4%
Renda Variável	404.478	5,8%	396.034	5,7%	2,1%
Ações	235.852	3,4%	385.746	5,6%	-38,9%
Fundo de Índices	166.323	2,4%	7.986	0,1%	1982,7%
Renda Variável - Valores a Receber/ Pagar ²	2.303	0,0%	2.302	0,0%	0,0%
Segmento de Invest. Estruturados - Cotas de FIP	1.020	0,0%	994	0,0%	2,6%
Imóveis	106.817	1,7%	124.945	1,8%	-14,5%
Aluguéis e Renda	105.279	1,6%	123.497	1,8%	-14,8%
Locados a Terceiros ³	84.279	1,2%	83.437	1,2%	1,0%
Shopping Centers	21.000	0,3%	23.157	0,3%	-9,3%
Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários	0	0,1%	16.903	0,3%	-100,0%
Outros Investimentos Imobiliários	1.538	0,1%	1.448	0,0%	6,2%
Operações com Participantes	25.365	0,4%	25.487	0,4%	-0,5%
Empréstimos a Participantes ⁴	19.029	0,3%	16.217	0,3%	17,3%
Financiamentos Imobiliários a Participantes	6.336	0,1%	9.270	0,1%	-31,7%
Disponível	38	0,0%	500	0,0%	-92,4%
Outros Realizáveis ⁵	882	0,1%	3.139	0,1%	-71,9%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2018:

¹ - Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$6.943.975 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 311 mil) + Disponível (R\$ 38 mil) - Exigível Contingencial (1.211 mil).

² - Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio, Aluguel de Ações e venda de cotas de fundo de índices a Receber.

³ - Deduzido de Depósitos Caução (R\$ 299 mil).

⁴ - Deduzido do IOF retido a recolher (R\$ 13 mil).

⁵ - Deduzido do Exigível Contingencial (1.211 mil).

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2018		31.12.2017		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores^{1/}	5.959.890	100,0%	5.977.256	100,0%	-0,3%
Renda Fixa	5.536.561	92,5%	5.531.853	92,5%	0,1%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	5.536.561	92,5%	5.531.853	92,5%	0,1%
Títulos Públicos Federais	5.386.300	86,4%	5.169.157	86,4%	4,2%
Cotas FIRF - Renda Fixa	150.261	6,1%	362.696	6,1%	-58,6%
Renda Variável	306.886	5,1%	307.767	5,1%	-0,3%
Ações	178.960	5,0%	300.954	5,0%	-40,5%
Fundo de Índices	126.206	0,1%	4.990	0,1%	2429,2%
Renda Variável - Valores a Receber/ Pagar ^{2/}	1.720	0,0%	1.823	0,0%	-5,7%
Segmento de Invest. Estruturados - Cotas de FIP	993	0,0%	968	0,0%	2,6%
Imóveis	93.129	1,9%	110.199	1,9%	-15,5%
Aluguéis e Renda	91.631	1,9%	108.788	1,9%	-15,8%
Locados a Terceiros ^{3/}	71.173	1,2%	69.762	1,2%	2,0%
Shopping Centers	20.458	0,4%	22.559	0,4%	-9,3%
Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários	0	0,3%	16.467	0,3%	-100,0%
Outros Investimentos Imobiliários	1.498	0,0%	1.411	0,0%	6,2%
Operações com Participantes	21.477	0,4%	22.954	0,4%	-6,4%
Empréstimos a Participantes ^{4/}	15.173	0,2%	13.719	0,2%	10,6%
Financiamentos Imobiliários a Participantes	6.304	0,2%	9.235	0,2%	-31,7%
Disponível	20	0,0%	466	0,0%	-95,7%
Outros Realizáveis^{5/}	824	0,1%	3.049	0,1%	-73,0%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2018:

^{1/} - Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$ 5.961.374 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 293 mil) + Disponível (R\$ 20 mil) - Exigível Contingencial (1.211 mil)^{2/} - Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio, Aluguel de Ações e venda de cotas de fundo de índices a Receber.^{3/} - Deduzido de Depósitos Caução (R\$ 291 mil).^{4/} - Deduzido do IOF retido a recolher (R\$ 2 mil).^{5/} - Deduzido do Exigível Contingencial (1.211 mil).

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2018		31.12.2017		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ¹	472.379	100,00%	438.716	100,00%	7,7%
Renda Fixa	407.879	84,0%	368.300	84,0%	10,8%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	407.879	84,0%	368.300	84,0%	10,8%
Títulos Públicos Federais	366.645	72,6%	318.416	72,6%	15,2%
Cotas FIRF - Renda Fixa	41.234	11,4%	49.884	11,4%	-17,3%
Renda Variável	58.347	14,8%	64.993	14,8%	-10,2%
Ações	34.015	14,4%	63.176	14,4%	-46,2%
Fundo de Índices	23.984	0,3%	1.498	0,3%	1501,1%
Renda Variável - Valores a Receber/ Pagar ²	348	0,1%	319	0,1%	9,1%
Segmento de Invest. Estruturados - Cotas de FIP	27	0,0%	26	0,0%	3,9%
Imóveis	2.467	0,7%	2.919	0,7%	-15,5%
Aluguéis e Renda	2.427	0,7%	2.882	0,7%	-15,8%
Locados a Terceiros ³	1.885	0,4%	1.848	0,4%	2,0%
Shopping Centers	542	0,2%	598	0,2%	-9,4%
Direitos de Alienações de Investimentos Imobiliários	0	0,1%	436	0,1%	-100,0%
Outros Investimentos Imobiliários	40	0,0%	37	0,0%	8,1%
Operações com Participantes	3.593	0,5%	2.375	0,5%	51,3%
Empréstimos a Participantes ⁴	3.561	0,5%	2.340	0,5%	52,2%
Financiamentos Imobiliários a Participantes	32	0,0%	35	0,0%	-8,6%
Disponível	8	0,0%	13	0,0%	-38,5%
Outros Realizáveis	58	0,0%	90	0,0%	-35,6%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2018:

¹ - Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$ 472.389 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 18 mil) + Disponível (R\$ 8 mil).² - Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio, Aluguel de Ações e venda de cotas de fundo de índices a Receber.³ - Deduzido de Depósitos Caução (R\$ 8 mil).⁴ - Deduzido do IOF retido a recolher (R\$ 11 mil).

PCD

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2018		31.12.2017		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ^{/1}	175.975	100,0%	168.184	100,0%	4,6%
Renda Fixa	136.431	86,1%	144.741	86,1%	-5,7%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	136.431	86,1%	144.741	86,1%	-5,7%
Títulos Públicos Federais	126.172	82,5%	138.749	82,5%	-9,1%
Cotas FIRF - Renda Fixa	10.259	3,6%	5.992	3,6%	71,2%
Renda Variável	39.245	13,9%	23.274	13,9%	68,6%
Ações	22.877	12,9%	21.616	12,9%	5,8%
Fundo de Índices	16.133	0,9%	1.498	0,9%	977,0%
Renda Variável - Valores a Receber/ Pagar ^{/2}	235	0,1%	160	0,1%	46,9%
Operações com Participantes	295	0,0%	158	0,0%	86,7%
Empréstimos a Participantes ^{/3}	295	0,0%	158	0,0%	86,7%
Disponível	4	0,0%	11	0,0%	-63,6%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2018:

^{/1} - Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$175.971 mil) + Disponível (R\$ 4 mil) .

^{/2} - Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e valores a receber de venda de cotas de fundo de índices.

PGA

Valores em R\$ mil

Componente	31.12.2018		31.12.2017		Crescimento Nominal %
	Valores	Participação %	Valores	Participação %	
Recursos Garantidores ^{/1}	334.247	100,0%	311.032	100,0%	7,5%
Renda Fixa	323.020	96,2%	299.195	96,2%	8,0%
Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal	323.020	96,2%	299.195	96,2%	8,0%
Títulos Públicos Federais	301.072	91,4%	284.241	91,4%	5,9%
Cotas FIRF - Renda Fixa	21.948	4,8%	14.954	4,8%	46,8%
Imóveis	11.221	3,8%	11.827	3,8%	-5,1%
Aluguéis e Renda - Locados a Terceiros	11.221	3,8%	11.827	3,8%	-5,1%
Disponível	6	0,0%	10	0,0%	-40,0%

Em relação aos saldos apresentados em 31.12.2018:

^{/1} - Os Recursos Garantidores são compostos por: Investimento (R\$ 334.241 mil) + Disponível(R\$ 6 mil).



Composição da Administração dos Recursos

Consolidado

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ¹		6.941.609	-	100,0%
Recursos Administração Própria		6.550.534	100,0%	94,4%
Renda Fixa	Centrus	6.180.189	94,3%	89,0%
Renda Variável		238.125	3,6%	3,4%
Imóveis		106.817	1,7%	1,6%
Operações com Participantes		25.365	0,4%	0,4%
Disponível		38	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		391.075	100,0%	5,6%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		223.702	57,2%	3,2%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	111.651	28,6%	1,6%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	112.051	28,6%	1,6%
Fundos de Índices		166.353	42,5%	2,4%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	166.353	42,5%	2,4%
Investimentos Estruturados		1.020	0,3%	0,0%
Investidores Institucionais FIP	Angra Partners	1.020	0,3%	0,0%

¹ Composição: Investimento (R\$ 6.943.975 mil) - Outros Realizáveis (R\$ 2.093) - Investimentos a Pagar (R\$ 311 mil) + Disponível (R\$ 38 mil).

PBB

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ¹		5.959.066	-	100,0%
Recursos Administração Própria		5.681.586	100,0%	95,3%
Renda Fixa	Centrus	5.386.300	94,8%	90,3%
Renda Variável		180.660	3,2%	3,0%
Imóveis		93.129	1,6%	1,6%
Operações com Participantes		21.477	0,4%	0,4%
Disponível		20	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		277.480	100,0%	4,7%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		150.261	54,2%	2,6%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	74.975	27,1%	1,3%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	75.286	27,1%	1,3%
Fundos de Índices		126.226	45,5%	2,1%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	126.226	45,5%	2,1%
Investimentos Estruturados		993	0,3%	0,0%
Investidores Institucionais FIP	Angra Partners	993	0,3%	0,0%

¹ Composição: Investimento (R\$5.961.374 mil) - Outros Realizáveis (R\$ 2.035) - Investimentos a Pagar (R\$ 293 mil) + Disponível (R\$ 20 mil).

PBDC

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ^{/1}		472.321	-	100,0%
Recursos Administração Própria		407.069	100,0%	86,2%
Renda Fixa	Centrus	366.645	90,1%	77,6%
Renda Variável		34.356	8,4%	7,3%
Imóveis		2.467	0,6%	0,5%
Operações com Participantes		3.593	0,9%	0,8%
Disponível		8	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		65.252	100,0%	13,8%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		41.234	63,2%	8,8%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	20.616	31,6%	4,4%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	20.618	31,6%	4,4%
Fundos de Índices		23.991	36,8%	5,0%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	23.991	36,8%	5,0%
Investimentos Estruturados		27	0,0%	0,0%
Investidores Institucionais FIP	Angra Partners	27	0,0%	0,0%

^{/1} Composição: Investimento (R\$ 472.389 mil) - Outros Realizáveis (R\$ 58 mil) - Investimentos a Pagar (R\$ 18 mil) + Disponível (R\$ 8 mil).

PCD

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ^{/1}		175.975	-	100,0%
Recursos Administração Própria		149.580	100,0%	85,0%
Renda Fixa	Centrus	126.172	84,4%	71,7%
Renda Variável		23.109	15,5%	13,1%
Operações com Participantes		295	0,2%	0,2%
Disponível		4	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		26.395	100,0%	15,0%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		10.259	38,9%	5,8%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	5.086	19,3%	2,8%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	5.173	19,6%	3,0%
Fundos de Índices		16.136	61,1%	9,2%
BOVA 11	BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	16.136	61,1%	9,2%

^{/1} Composição: Investimento (R\$ 175.971 mil) + Disponível (R\$ 4 mil).

PGA

Valores em R\$ mil

Recursos	Gestores	Valores	Participação %	
			Grupo	Total
Investimento Total ¹		334.247	-	100,0%
Recursos Administração Própria		312.299	100,0%	93,4%
Renda Fixa	Centrus	301.072	96,4%	90,1%
Imóveis		11.221	3,6%	3,4%
Disponível		6	0,0%	0,0%
Recursos Administração Terceirizada		21.948	100,0%	6,6%
Fundos de Renda Fixa - FIRF		21.948	100,0%	6,6%
Bradesco FIRF Foco	BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	10.974	50,0%	3,3%
Netuno Fundo de Investimento Renda Fixa	J. Safra Asset Management Ltda.	10.974	50,0%	3,3%

¹ Composição: Investimento (R\$ 334.241 mil) + Disponível (R\$ 6 mil).



Rentabilidade

PBB

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks		
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Ibovespa	Meta Atuarial (IPCA + 4,5% a.a.)
Renda Fixa	9,84%	1,30%	6,42%		
Renda Variável	34,31%	23,87%		15,03%	
Investimentos Estruturados	0,79%	-7,05%			
Imóveis	2,44%	-5,52%			8,42%
Empréstimos a Participantes	9,57%	1,05%			
Financiamentos a Participantes	68,97%	55,83%			

¹ - Descontada a meta atuarial.

PBDC

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks		
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Ibovespa	Meta Atuarial (IPCA + 4,5%aa)
Renda Fixa	10,20%	1,63%	6,42%		
Renda Variável	12,71%	3,95%		15,03%	
Investimentos Estruturados	0,79%	-7,05%			
Imóveis	2,44%	-5,52%			8,42%
Empréstimos a Participantes	8,18%	-0,23%			
Financiamentos a Participantes	69,44%	56,27%			

¹ - Descontada a meta atuarial.

PCD

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks		
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Ibovespa	Índice de Referência (IPCA + 4,5%aa)
Renda Fixa	9,75%	1,22%	6,42%		8,42%
Renda Variável	1,69%	-6,22%		15,03%	
Empréstimos a Participantes	12,89%	4,11%			

¹ - Descontado o índice de referência.

PGA

Segmento	Rentabilidade		Benchmarks	
	Bruta	Líquida ¹	Selic	Índice de Referência (IPC-A)
Renda Fixa	7,25%	3,37%	6,42%	
Imóveis	4,26%	0,49%		3,75%

¹ - Descontado o índice de referência.



Custos Incorridos com a Administração dos Recursos

Em R\$ mil

Descrição	2018	Participação Relativa %
I - Despesas Orçamentárias	36.900	87,18
Pessoal e Encargos	30.765	72,69
Treinamentos/Congressos e Seminários	150	0,35
Viagens e Estádias	201	0,47
Consultoria Atuarial	276	0,65
Consultoria jurídica	1.016	2,40
Consultoria em RH	8	0,02
Auditoria contábil	163	0,39
Serviços de informática	1.484	3,51
Outros serviços de terceiros	41	0,10
Despesas Gerais	2.796	6,61
II - Despesas não Orçamentárias	5.426	12,82
Depreciação e Amortização	538	1,27
Tributos	3.951	9,33
¹ Outras Despesas	937	2,21
Total das Despesas Administrativas (I+II)	42.326	100,00

¹ Reavaliação negativa dos imóveis do permanente.





POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2019

PBB

Alocação dos Recursos

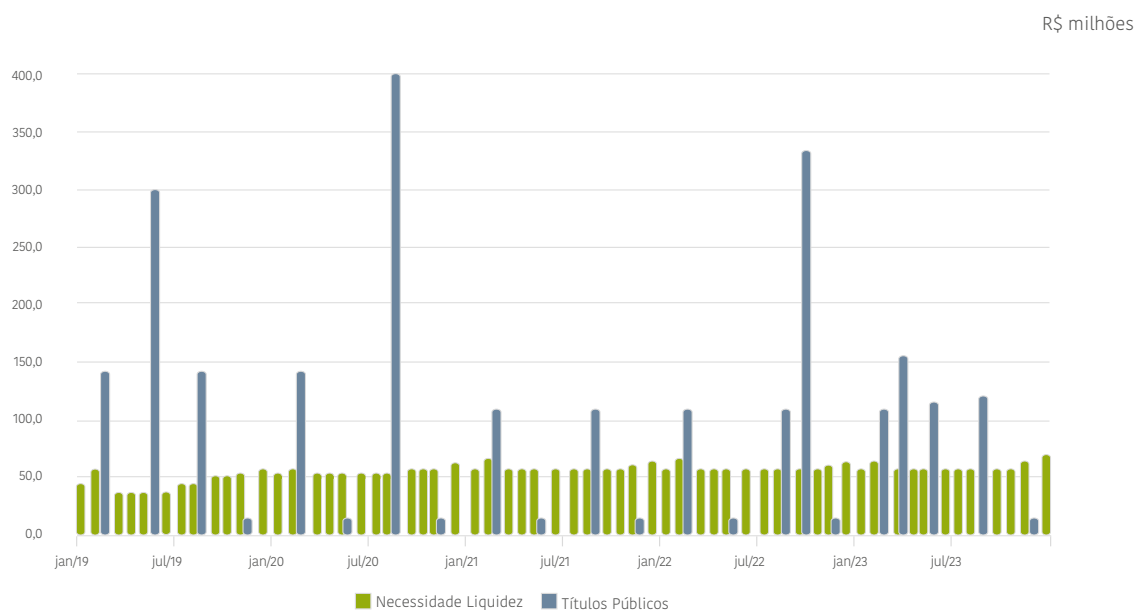
Segmento de aplicação	2018		Alvo - % RG	
	R\$ milhões	% RG	2019	2020-2023
Renda fixa	5.536,6	92,6	96,2	96,8
Renda variável	306,9	5,2	3,1	1,6
Estruturado	1,0	0,0	0,0	0,6
Imobiliário	93,4	1,8	0,3	-
Operações com participantes	21,5	0,4	0,4	0,4
Exterior	-	-	-	0,6

Fundamentação da Política

O PBB, plano na modalidade de benefício definido, encontra-se fechado a novos participantes e apresenta decremento populacional, com a meta atuarial equivalente à variação do IPCA acrescida de 4,5% a.a. Conforme fluxo financeiro do passivo atuarial, o PBB possui elevada maturidade financeira, demandando a priorização de critérios de liquidez e de menor risco na alocação de recursos.

Nesse sentido, o plano já ostenta casamento do fluxo de caixa (*cash flow matching*) obtido por meio da compra de títulos públicos, prioritariamente Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, atreladas ao mesmo indexador da meta mais taxa de juros contratada no momento da compra, com risco soberano.

Referida estratégia pode ser visualizada no gráfico a seguir.



No período de 2019 a 2023, a necessidade de liquidez, da ordem de R\$ 50,0 milhões/mês, está suportada por títulos públicos, com fluxo de pagamento de juros e vencimento próximos para minimizar o risco de reinvestimento, caracterizado pela possibilidade de contratar taxas menores no momento do recebimento de fluxo desses títulos.

Nos intervalos de tempo entre os prazos de vencimento dos títulos disponíveis no mercado e necessidades de pagamento diárias ou mensais, são usados instrumentos de investimentos atrelados a taxas de curtíssimo prazo, de liquidez imediata, sujeitos a perdas mínimas por liquidação antecipada, tais como os FIRF, lastreados em títulos públicos, sem prejuízo da utilização de outros instrumentos de características semelhantes.

Além disso, os RG do PBB ainda podem ser investidos em outros segmentos, tais como renda variável, renda fixa com crédito privado, estruturados e exterior, para os compromissos mais longos do que os vencimentos dos títulos, a fim de compensar eventuais reduções nas taxas de juros reais dos títulos públicos e obter resultados compatíveis com os prêmios de riscos do mercado, monitorados a partir de controles de risco de modo a não comprometer o atendimento do fluxo de benefícios previstos no regulamento do Plano.

Dado o vulto das alocações em títulos públicos, essa parcela é diminuta e está alocada, basicamente, no segmento de renda variável, como também nos segmentos estruturado, imobiliário e de operações com participantes, nesse caso, em menor representatividade ainda.

Para o dimensionamento das alocações-alvo no ano de 2019, a estratégia prioriza o casamento de fluxo e busca de prêmios de risco nos segmentos de maior incerteza de retorno, com os recursos excedentes.

Assim, a partir das projeções de rentabilidade do estoque de ativos de renda fixa e de operações com participantes, foi estimada a ampliação da alocação em renda fixa para que, mesmo o segmento de renda variável não trazendo retornos no ano, não haja comprometimento do cumprimento da meta atuarial. Dessa forma, aumenta-se a segurança do atingimento da meta, sem descuido de se buscar os prêmios de riscos disponíveis em outros segmentos.

Nessa linha, em 2019, para melhorar a relação de risco/retorno da carteira de investimentos, deve-se iniciar a diversificação da parcela alocada no segmento de renda variável nos seguintes instrumentos disponíveis nos mercados financeiros: renda fixa com crédito privado; fundos multimercados do segmento estruturado; e investimentos no segmento exterior, realizando alocações de pequenos volumes, sendo indispensável o monitoramento dos riscos, a fim de se verificar quais os segmentos mais adequados. No período de 2020 a 2023, a continuidade dessa estratégia deverá permitir a implementação de maiores alocações nos novos segmentos, limitadas à parcela da carteira que não comprometa o casamento de fluxo de caixa ou a gestão da liquidez de curto prazo.

Rentabilidade

Segmento de aplicação	Rentabilidade - %					
	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulada
PBB	4,21	11,43	17,25	9,88	10,94	65,97
Renda fixa	13,03	17,08	13,45	9,01	9,84	79,77
Renda variável	-23,21	-27,26	71,99	22,35	34,31	57,87
Estruturado	-6,84	-27,02	54,85	-11,85	0,79	-6,46
Imobiliário	12,84	10,59	59,36	12,97	2,44	130,14
Operações com participantes	31,86	29,78	26,56	47,84	28,13	310,26

PBDC

Alocação dos Recursos

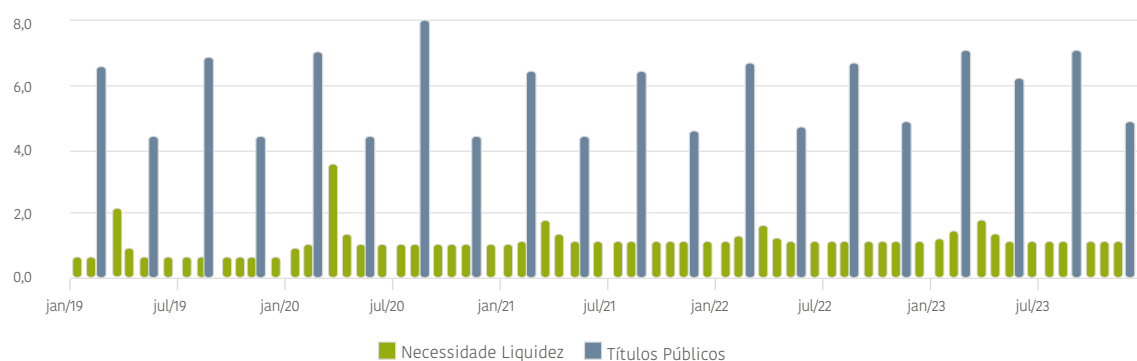
Segmento de Aplicação	2018		Alvo - % RG	
	R\$ milhões	% RG	2019	2020-2023
Renda fixa	407,9	86,3	92,1	93,4
Renda variável	58,3	12,4	7,2	3,6
Estruturado	0,0	0,0	0,0	1,2
Imobiliário	2,5	0,5	0,1	-
Operações com Participantes	3,6	0,8	0,6	0,6
Exterior	-	-	-	1,2

Fundamentação da Política

O PBDC, plano na modalidade de benefício definido, encontra-se fechado a novos participantes, com a meta atuarial equivalente à variação do IPCA acrescida de 4,5% a.a., e tem perfil de passivo atuarial de maturidade mais elevada, demandando o alongamento do prazo dos investimentos.

O plano já conta com o casamento do fluxo de caixa (*cash flow matching*), por meio da compra de títulos públicos, prioritariamente NTN-B, que são atreladas ao mesmo indexador da meta mais taxa de juros contratada no momento da compra, com risco soberano. Tal situação deve ser preservada, apesar da existência de dificuldades de se encontrar ativos que satisfaçam parcela do fluxo do passivo atuarial (7,2%) com prazos mais longos, aliada à necessidade de maior diversificação dos investimentos, a fim de se obter diferentes prêmios de risco, objetivando minimizar o risco de reinvestimento, caracterizado pela possibilidade de contratar taxas menores no momento do recebimento de fluxo de títulos de renda fixa.

Essa estratégia pode ser evidenciada no gráfico a seguir.



No período de 2019 a 2023, a necessidade de liquidez inferior a R\$ 1,0 milhão/mês está suportada pelos títulos públicos, com fluxo de pagamento de juros e vencimento próximos para minimizar o risco de reinvestimento.

Nos intervalos de tempo entre os prazos de vencimento dos títulos disponíveis no mercado e as necessidades de pagamento diárias ou mensais, são usados instrumentos de investimentos atrelados a taxas de curtíssimo prazo, de liquidez imediata, sujeitos a perdas mínimas por liquidação antecipada, tais como os FIRF, lastreados em títulos públicos, sem prejuízo da utilização de outros instrumentos de características semelhantes.

Assim, é importante considerar que os RG do PBDC sejam investidos em outros segmentos, tais como renda variável, renda fixa com crédito privado, estruturados e exterior, para os compromissos mais longos do que os vencimentos dos títulos, a fim de compensar eventuais reduções nas taxas de juros reais dos títulos públicos e obter resultados compatíveis com os prêmios de riscos condizentes com o mercado, mediante a utilização de controles de risco para não comprometer o atendimento do fluxo de benefícios previstos no regulamento do plano.

Atualmente, tal parcela está alocada basicamente no segmento de renda variável e nos segmentos estruturado, imobiliário e de operações com participantes, em menor representatividade.

Como parte da estratégia de manter continuamente a solvência do PBDC, os investimentos deverão, no conjunto e ao longo do tempo, produzir rentabilidade compatível com a atualização do passivo atuarial do plano.

No dimensionamento das alocações-alvo, para 2019, mantém-se a estratégia de priorização do casamento de fluxo e da busca de prêmios de risco nos segmentos de maior incerteza de retorno, com os recursos excedentes.

A partir das projeções de rentabilidade do estoque de ativos de renda fixa e de operações com participantes, foi estimado quanto a alocação em renda fixa deve ser ampliada para que, mesmo o segmento de renda variável não trazendo retornos no ano, não haja comprometimento do cumprimento da meta atuarial. Dessa forma, aumenta-se a segurança do atingimento da meta, sem deixar de se buscar os prêmios de riscos disponíveis em outros segmentos.

Objetivando atender o fluxo de pagamentos em prazos superiores aos de vencimentos dos títulos de renda fixa disponíveis no mercado, foi considerada a parcela excedente do passivo atuarial como valor mínimo de alocação na componente de maior risco.

Nessa linha, em 2019, para melhorar a relação de risco/retorno da carteira de investimentos, deve-se iniciar a diversificação da parcela alocada no segmento de renda variável nos seguintes instrumentos disponíveis nos mercados financeiros: renda fixa com crédito privado; fundos multimercados do segmento estruturado; e investimentos no segmento exterior, realizando alocações de pequenos volumes, sendo indispensável o monitoramento dos riscos, a fim de se verificar quais os segmentos mais adequados. No período de 2020 a 2023, a continuidade dessa estratégia deverá permitir a implementação de maiores alocações nos novos segmentos, limitadas à parcela da carteira que não comprometa o casamento de fluxo de caixa ou a gestão da liquidez de curto prazo.

Rentabilidade

Segmento de aplicação	Rentabilidade - %					
	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulada
PBDC	6,97	9,46	18,49	11,08	10,13	69,72
Renda fixa	12,94	17,03	13,55	9,32	10,20	80,81
Renda variável	-9,79	-19,45	49,28	25,42	12,71	53,34
Estruturado	-6,84	-27,02	54,85	-11,85	0,79	-6,46
Imobiliário	13,32	9,84	59,39	12,97	2,44	129,59
Operações com participantes	21,17	13,37	14,61	25,45	8,75	114,79

PCD

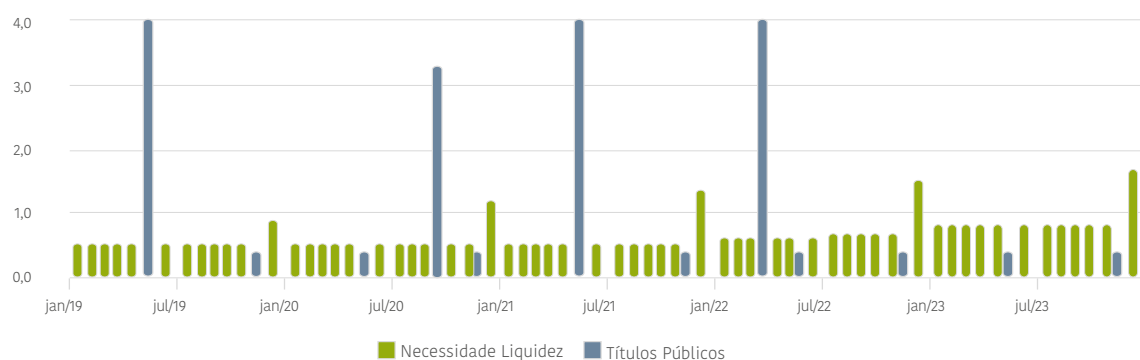
Alocação dos Recursos

Segmento de aplicação	2018		Alvo - % RG	
	R\$ milhões	% RG	2019	2020-2023
Renda fixa	136,4	77,5	74,1	78,2
Renda variável	39,2	22,3	25,8	12,9
Estruturado	-	-	-	4,3
Operações com participantes	0,3	0,2	0,1	0,3
Exterior	-	-	-	4,3

Fundamentação da Política

O PCD está estruturado sob o regime de capitalização, com reservas individuais, sendo observado como principal aspecto na definição das diretrizes de investimentos a busca pelos prêmios de risco disponíveis no mercado financeiro.

Trata-se de plano na modalidade de contribuição definida que já apresenta fluxo significativo de pagamento de benefícios, como evidenciado pelo fluxo previdenciário nos próximos cinco anos, com saída líquida mensal de recursos:



Assim, deve ser considerada também a estratégia de casamento do fluxo de caixa (*cash flow matching*), por meio da compra de ativos que possuam fluxo de recebimento próximo das previsões de pagamento de benefícios em termos de prazo e de remuneração, em especial, para os benefícios concedidos.

Como o índice de referência do plano é equivalente à variação do IPCA acrescida de 4,5% a.a., os ativos mais adequados para esse tipo de estratégia são títulos públicos, prioritariamente NTN-B, que são atreladas ao mesmo indexador da meta de rentabilidade mais taxa de juros contratada no momento da compra, com menor risco de crédito, com risco soberano.

Nos intervalos de tempo entre os prazos de vencimento dos títulos disponíveis no mercado e as necessidades de pagamento diárias ou mensais, são usados instrumentos de investimentos atrelados a taxas de curtíssimo prazo, de liquidez imediata, sujeitos a perdas mínimas por liquidação antecipada, como os FIRF, lastreados em títulos públicos, sem desprezar a utilização de outros instrumentos de características semelhantes.

De toda sorte, pelas características do PCD é primordial considerar que os recursos garantidores do Plano sejam investidos em outros segmentos, como renda variável, renda fixa com crédito privado, estruturados e exterior, para os compromissos mais longos do que os vencimentos dos títulos, de maneira a compensar eventuais reduções nas taxas de juros reais dos títulos públicos e obter resultados compatíveis com os prêmios de riscos do mercado mediante a utilização de controles de risco para não comprometer o atendimento do fluxo de benefícios.

Atualmente, referida parcela está alocada basicamente no segmento de renda variável, com diminuta alocação em operações com participantes, na modalidade de empréstimo.

No dimensionamento da alocação-alvo para 2019, foi projetada a rentabilidade do estoque de ativos de renda fixa e de operações com participantes, para estimar a realização de aplicações nos segmentos de maior volatilidade de retorno.

Dessa forma, é atribuído maior grau de liberdade e, mesmo adotando-se hipótese mais conservadora para o desempenho do segmento de renda variável, a alocação no conjunto dos recursos investidos permite preservar o poder de compra das reservas dos participantes, descontada a taxa de administração.

Nessa linha, para melhorar a relação de risco/retorno da carteira de investimentos, deve-se iniciar, em 2019, a diversificação dos investimentos no segmento de renda variável nos seguintes instrumentos disponíveis nos mercados financeiros – renda fixa com crédito privado, fundos multimercados do segmento estruturado e investimentos no segmento exterior –, realizando alocações de pequenos volumes, sendo indispensável o monitoramento dos riscos, a fim de se verificar quais os segmentos mais adequados. No período de 2020 a 2023, a continuidade dessa estratégia deverá permitir a implementação de maiores alocações nos novos segmentos, limitadas à parcela da carteira que não comprometa o casamento de fluxo de caixa ou a gestão da liquidez de curto prazo.

Rentabilidade

Segmento de aplicação	Rentabilidade - %					
	2014 ¹	2015	2016	2017 ²	2018	Acumulada ¹
PCD	2,50	11,43	17,25	9,88	6,36	56,51
Renda fixa	7,01	15,68	13,41	9,19	9,75	68,24
Renda variável	8,19	-10,27	35,59	18,13	1,69	58,12
Operações com participantes	n.d.	n.d.	n.d.	2,04	12,89	15,19

^{1/} Início do plano em maio/2014.

^{2/} Início das operações com participantes em outubro/2017.

PGA

Alocação dos Recursos

Segmento de aplicação	2018		Alvo - % RG	
	R\$ milhões	% RG	2019	2020-2023
Renda fixa	319,5	96,6	96,6	100,0
Imobiliário	11,1	3,4	3,4	-

Fundamentação da Política

A política de investimentos do PGA consiste no estabelecimento das diretrizes para aplicação dos montantes necessários ao custeio administrativo dos planos de benefícios administrados pela Centrus.

O plano tem a variação do IPCA como referencial de rentabilidade para manter o equilíbrio frente aos compromissos futuros.

Conforme definido no Voto Centrus-2018/24, de 13 de setembro de 2018, e observando-se a regulamentação, as fontes de receitas do PGA, são os recursos:

- I - do PBB: resultado dos investimentos do plano, em 1% de seus recursos garantidores;
- II - do PBDC: prioritariamente, 15% das contribuições dos participantes e da patrocinadora e, complementarmente, o resultado dos investimentos do plano, deduzido o valor de tais contribuições, limitado a 1% de seus RG; e
- III - do PCD: recursos existentes no fundo administrativo, bem como a taxa de administração e outras receitas próprias.

Rentabilidade

Segmento de Aplicação	Rentabilidade - %					
	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulada
PGA	10,93	14,20	14,14	9,10	6,90	68,63
Renda Fixa	11,07	14,10	13,74	9,81	7,25	69,76
Imobiliário	9,52	23,28	31,44	5,98	4,26	96,09





AVALIAÇÃO ATUARIAL

PBB

PARECER ATUARIAL

MIRADOR 0157/2019

Avaliação Atuarial do encerramento de 2018 do PBB

1 Objetivo

Este parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB, administrado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS.

O PBB é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1980.0004-92 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, tendo sido declarado em extinção em 15 de abril de 2011, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. O PBB não conta mais com participantes em atividade, apenas assistidos, os quais não contribuem para o plano.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Ordinária datada em 27/09/2018, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

A Avaliação Atuarial do PBB foi procedida pela MIRADOR considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base 31/12/2018.

2 Resultados da Avaliação Atuarial

2.1 Evolução dos Custos

O PBB é um plano fechado para novos participantes e não possui mais participantes em atividade.



Desta forma, não há custo normal de formação das obrigações atuariais, visto que todos os participantes já estão na fase de percepção de benefício, bem como não há contribuições normais a serem realizadas pelos participantes, assistidos, beneficiários ou patrocinadores.

2.2 Variação das Provisões Matemáticas

O PBB apresenta Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC) no montante de R\$ 3.306.600.921,34 e não apresenta valor de Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC).

Em relação ao encerramento do exercício de 2018, houve uma redução dos compromissos atuariais de 2,21% quando comparado com o exercício de 2017, cujo principal motivo foi a movimentação cadastral de participantes. Cabe destacar que, por ser um plano em extinção e que conta apenas com assistidos, a tendência é que os montantes de Provisões Matemáticas reduzam com o passar do tempo.

Portanto, as provisões matemáticas apresentaram variação dentro do intervalo esperado, considerando o reajuste dos benefícios já concedidos e a ausência de ingresso de novos participantes.

2.3 Principais Riscos Atuariais

Os riscos atuariais do plano estão relacionados, principalmente, às premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na Avaliação Atuarial, que são periodicamente acompanhadas através de estudos técnicos de adequação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução Previc nº 23/2015. Para o encerramento do exercício de 2018, os estudos de adequação realizados foram apresentados no Relatório 110/18 (Teste de Hipóteses 2018), datado em 15/08/2018, elaborado pela consultoria atuarial até então responsável técnica pelo plano de benefícios.

Dentre os riscos atuariais, os principais riscos são o aumento da longevidade e o não alcance da rentabilidade mínima necessária na aplicação dos recursos garantidores (“meta atuarial”).

2.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não foi constatada insuficiência de cobertura no plano de benefícios, que se encontra com situação superavitária.

3 Plano de Benefícios

3.1 Qualidade da Base Cadastral

Para fins da avaliação atuarial do PBB, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela CENTRUS, com data-base em 31/12/2018. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados suficientes e adequados para o estudo.

3.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano apresenta um total de Fundos Previdenciais no valor de R\$ 155.325.056,46, o qual está subdividido nos seguintes Fundos:

- ◆ **Fundo de Revisão de 2012 (Patrocinador)**: constituído pelos recursos a serem destinados ao patrocinador do plano de benefícios referente à Destinação de Superavit de 2012. O valor do Fundo em 31/12/2018 é de R\$ 20.829.877,76.
- ◆ **Fundo de Revisão de 2012 (Assistidos)**: constituído pelos recursos a serem destinados aos assistidos referente à Destinação de Superavit de 2012. O valor do Fundo em 31/12/2018 é de R\$ 20.866.048,50.
- ◆ **Fundo de Revisão de 2014 (Patrocinador)**: constituído pelos recursos a serem destinados ao patrocinador do plano de benefícios referente à Destinação de Superavit de 2014. O valor do Fundo em 31/12/2018 é de R\$ 56.770.022,46.
- ◆ **Fundo de Revisão de 2014 (Assistidos)**: constituído pelos recursos a serem destinados aos assistidos referente à Destinação de Superavit de 2014. O valor do Fundo em 31/12/2018 é de R\$ 56.859.107,74.

3.3 Variação do Resultado

O plano de benefícios apresenta no encerramento de 2018 resultado técnico superavitário 4,81% maior do que do encerramento do exercício de 2017, cujos principais motivos são a redução de 2,21% dos compromissos atuariais (em decorrência, principalmente, da movimentação cadastral no período) e o ganho financeiro obtido pela rentabilidade dos investimentos acima da meta atuarial. A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CENTRUS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste plano ao longo de 2018, foi de 10,94% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,41% (IPCA acumulado em 2018, de 3,7455%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 6,93% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,5% ao ano estabelecida para 2018, tomando como indexador



base, o IPCA do IBGE.

3.4 Natureza do Resultado

Considerando que a elevação do resultado superavitário do plano apresentou como principal fator a superação da meta atuarial, evento que não apresenta característica perene, devido à própria dinâmica dos investimentos, define-se a natureza do resultado como de caráter conjuntural.

3.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Não é necessária a implementação de plano de equacionamento de deficit técnico, pois o plano apresenta um resultado técnico ajustado superavitário.

3.6 Adequação dos Métodos de Financiamento

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006. Além disso, cabe ressaltar que todos os participantes estão na fase de percepção de benefícios e suas provisões matemáticas já estão integralizadas, não havendo mais custo a ser definido, conforme explicado no item 2.1 deste Parecer Atuarial, sendo que a indicação de métodos de financiamento é realizada apenas em caráter de registro, pois não são mais aplicados a este plano.

3.7 Outros Fatos Relevantes

- ◆ Para a Avaliação Atuarial de 2018, foi alterada a premissa de Fator de Capacidade dos Benefícios, passando de 98,04% para 98,24%. Esta alteração resultou em uma elevação das Provisões Matemáticas do PBB em R\$ 6.550 mil, o equivalente a 0,20% do montante de Provisões do plano.
- ◆ Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o Superavit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 17,73% das Provisões Matemáticas do plano de benefícios, equivalente a R\$ 586.260.343,35, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2018 em R\$ 1.297.847.086,04, alocado como Reserva Especial do plano.
- ◆ Conforme critério de distribuição de Superavit adotado pela CENTRUS em processos anteriores, corroborado também no Ofício nº 2675/2017/Previc, há o entendimento de que, após constituída a Reserva Especial no encerramento de um exercício, esta deve permanecer por mais três

exercícios para que seja obrigatória a realização de distribuição de Superavit.

- ◆ Também se considera que o valor a ser distribuído é aquele mantido em Reserva Especial durante todo o período, ou, de forma equivalente, o menor valor apurado a título de Reserva Especial.
- ◆ Portanto, por ser o quarto encerramento de exercício consecutivo em que o PBB apresenta constituição de Reserva Especial, representando a manutenção de Reserva Especial pelo período de três exercícios, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2018, bem como considerando o critério adotado pela Centrus na destinação e utilização de Superavit em processos anteriores, corroborado no Ofício nº 2675/2017/Previc, **deve ser integralmente destinado, durante o exercício de 2019, o valor apurado a título de Reserva Especial no encerramento do exercício de 2015 e mantido no triênio 2016 a 2018.**
- ◆ A capacidade financeira do plano em manter os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” é verificada anualmente pela elaboração de estudos de ALM e também quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Instrução Previc nº 23/2015. Além disso, os títulos públicos federais utilizados na apuração do Ajuste de Precificação atendem aos requisitos listados no Art. 9º da Instrução Previc nº 19/2015, conforme atestado pela ferramenta DPAP (Duração do Passivo e Ajuste de Precificação) disponibilizada pela Previc e referenciada na Portaria Previc nº 86/2019.

4 Plano De Custeio

4.1 Custeio Previdenciário

Não há mais contribuições de participantes, assistidos e de patrocinadora no PBB. O PBB foi declarado em extinção em 15 de abril de 2011, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, não contando com participantes ativos, apenas assistidos, os quais não contribuem para o plano.

4.2 Custeio Administrativo

Como fonte de receitas para o custeio das despesas administrativas, conforme voto Centrus 2018-24, serão utilizados recursos do PBB, de acordo com o parágrafo único do art. 3 da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009:

- ◆ Taxa de Administração: do resultado dos investimentos do plano, 1,0% dos recursos garantidores do plano, de acordo com o art. 6º da citada Resolução.



5 Conclusão

No encerramento do exercício de 2018, o PBB apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 1.884.107.429,39, que representa 56,98% das suas respectivas Provisões Matemáticas. Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, até o limite de 17,73% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 586.260.343,35, o Superavit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência, devendo a parcela do Superavit que ultrapassar este limite, apurada no encerramento do exercício de 2018 em R\$ 1.297.847.086,04, ser alocada como Reserva Especial do plano de benefícios.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PBB, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2018 situação superavitária, sendo que o Superavit apresentado resultou em constituição de Reserva Especial pelo quarto exercício consecutivo. Portanto, conforme disposto na Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, deve ser integralmente destinado, durante o exercício de 2019, o valor apurado a título de Reserva Especial no encerramento do exercício de 2015 e mantido no triênio 2016 a 2018.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2019.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



GIANCARLO GIACOMINI GERMANY

Diretor Executivo | Atuário MIBA 1020 | MIBA 2481



FABRÍCIO KRAPF COSTA

Diretor de Serviços Atuariais | Atuário



DANIELA WEBER RABELLO

Consultora Sênior | Atuária MIBA 1747

PBDC

PARECER ATUARIAL

MIRADOR 0158/2019

Avaliação Atuarial do encerramento de 2018 do PBDC

1 Objetivo

Este parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CENTRUS - PBDC, administrado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS.

O PBDC é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2011.0008-74 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de participantes, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Ordinária datada em 27/09/2018, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o grupo de participantes, assistidos e beneficiários do plano.

A Avaliação Atuarial do PBDC foi procedida pela MIRADOR considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base 31/12/2018.

2 Resultados da Avaliação Atuarial

2.1 Evolução dos Custos

Os custos normais do PBDC, estruturados pelo método agregado para todos os benefícios, com exceção do Auxílio-Reclusão (repartição de capitais de cobertura), são definidos de acordo com o Plano de Custeio, ou seja, de acordo com o nível de contribuição arrecadada com a aplicação das alíquotas definidas no regulamento do plano.



Em 2018, o custo total apurado é de 10,7344% sobre a folha dos salários de participação dos participantes, que, líquido do carregamento administrativo de 15%, resulta em 9,1243% para financiamento dos benefícios previdenciários. Em relação ao exercício anterior, que apresentou um custo para cobertura de benefícios de 9,2302% da folha de salários de participação, houve uma redução de 0,1059 pontos percentuais, explicada principalmente pela movimentação cadastral observada no período.

2.2 Variação das Provisões Matemáticas

O PBDC apresenta Provisões Matemáticas de Benefício Concedido (PMBC) no valor de R\$ 77.940.569,98, Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) no valor de R\$ 142.914.861,56 e Provisões Matemáticas a Constituir que montam em R\$ 1.961.049,71 (PMaC).

Em relação ao encerramento do exercício de 2018, houve um aumento dos compromissos atuariais de 6,33% quando comparado com o exercício de 2017, cujos principais motivos foram a alteração da premissa de crescimento real de salário dos ativos (de 2,16% a.a. para 2,49% a.a.), a movimentação cadastral ocorrida no período e a atualização monetária dos salários e benefícios.

Portanto, as Provisões Matemáticas apresentaram variação dentro do intervalo esperado, considerando o reajuste dos benefícios já concedidos e as alterações de premissas.

2.3 Principais Riscos Atuariais

Os riscos atuariais do plano estão relacionados, principalmente, às premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na Avaliação Atuarial, que são periodicamente acompanhadas através de estudos técnicos de adequação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução Previc nº 23/2015. Para o encerramento do exercício de 2018, os estudos de adequação realizados foram apresentados no Relatório 110/18 (Teste de Hipóteses 2018), datado em 15/08/2018, elaborado pela consultoria atuarial até então responsável técnica pelo plano de benefícios.

Dentre os riscos atuariais, os principais riscos são o aumento da longevidade, o crescimento real dos salários acima do esperado e o não alcance da rentabilidade mínima necessária na aplicação dos recursos garantidores (“meta atuarial”).

2.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não foi constatada insuficiência de cobertura no plano de benefícios, que se encontra com situação superavitária.

3 Plano de Benefícios

3.1 Qualidade da Base Cadastral

Para fins da avaliação atuarial do PBDC, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela CENTRUS, com data-base em 31/12/2018. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

3.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano apresenta um total de Fundos Previdenciais no valor de R\$ 83.913.911,40, o qual está subdividido nos seguintes Fundos:

- ◆ **Fundo de Revisão de Plano – Destinação de Superavit de 2009:** constituído pelos recursos a serem destinados aos participantes ativos do plano de benefícios referente à Destinação de Superavit de 2009, no valor de R\$ 3.812.210,60;
- ◆ **Fundo de Revisão de Plano – Destinação de Superavit de 2014 (Patrocinador):** constituído pelos recursos a serem destinados ao patrocinador do plano de benefícios referente à Destinação de Superavit de 2014, no valor de R\$ 125.771,24;
- ◆ **Fundo de Revisão de Plano – Destinação de Superavit de 2014 (Assistidos):** constituído pelos recursos a serem destinados aos assistidos do plano de benefícios referente à Destinação de Superavit de 2014, no valor de R\$ 136.963,35;
- ◆ **Fundo de Utilização Patronal:** constituído por recursos a serem utilizados pelo patrocinador, no valor de R\$ 63.936.316,86;
- ◆ **Fundo de Utilização Individual:** constituído por recursos a serem utilizados pelos assistidos, no valor de R\$ 15.902.649,35.

3.3 Variação do Resultado

O plano de benefícios apresenta no encerramento de 2018 resultado técnico superavitário 11,30% maior do que do encerramento do exercício de 2017, cujo principal motivo foi o ganho financeiro obtido pela superação da meta atuarial. A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CENTRUS na aplicação dos Recursos Garantidores deste plano ao longo de 2018, foi de 10,13% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,41% (IPCA acumulado em 2018, de 3,7455%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 6,15% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,50% ao ano estabelecida para 2018.

3.4 Natureza do Resultado

Considerando que a elevação do resultado superavitário do plano apresentou como principal fator a superação da meta atuarial, evento que não apresenta característica perene, devido à própria dinâmica dos investimentos, define-se a natureza do resultado como de caráter conjuntural.



3.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Não é necessária a implementação de plano de equacionamento de deficit técnico, pois o plano apresenta um resultado técnico ajustado superavitário.

3.6 Adequação dos Métodos de Financiamento

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

3.7 Outros Fatos Relevantes

- ◆ Para a Avaliação Atuarial de 2018, foi alterada a premissa de Fator de Capacidade dos Benefícios e Salários, passando de 98,04% para 98,24%. Esta alteração resultou em uma elevação das Provisões Matemáticas do PBDC em R\$ 432 mil, o equivalente a 0,20% do montante de Provisões do plano.
- ◆ Outra alteração de premissa realizada foi a elevação da premissa de Crescimento Real Salarial de 2,16% a.a. para 2,49% a.a. Esta alteração resultou em uma elevação das Provisões Matemáticas do PBDC em R\$ 2.357 mil, o equivalente a 1,08% do montante de Provisões do plano.
- ◆ Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o Superavit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas do plano de benefícios, equivalente a R\$ 54.723.595,46, e o montante que ultrapassar este limite, apurado no encerramento de 2018 em R\$ 96.291.037,16, alocado como Reserva Especial do plano.
- ◆ Conforme critério de distribuição de Superavit adotado pela CENTRUS em processos anteriores, corroborado também no Ofício nº 2675/2017/Previc, há o entendimento de que, após constituída a Reserva Especial no encerramento de um exercício, esta deve permanecer por mais três exercícios para que seja obrigatória a realização de distribuição de Superavit. No caso do PBDC, é considerada a Reserva Especial constituída em 2016, visto que os recursos da Reserva Especial de 2015 foram integralmente destinados na Distribuição de Superavit originada em 2014.
- ◆ Desta forma, em relação ao valor apurado nesta Avaliação Atuarial a título de Reserva Especial, não há obrigação de realização de nova destinação de Superavit, visto que o valor apurado a título de Reserva Especial em 2016 (exercício posterior ao referente à Reserva Especial integralmente destinada na Destinação de Superavit de 2014) ainda não completou três exercícios, o que, mantendo-se a tendência atual, deve ocorrer no encerramento do exercício de 2019. Tal critério vem sendo adotado pela Centrus na destinação e utilização de Superavit em processos anteriores e foi corroborado no Ofício nº 2675/2017/Previc.
- ◆ A capacidade financeira do plano em manter os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” é verificada anualmente pela elaboração de estudos de ALM

e também quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Instrução Previc nº 23/2015. Além disso, os títulos públicos federais utilizados na apuração do Ajuste de Precificação atendem aos requisitos listados no Art. 9º da Instrução Previc nº 19/2015, conforme atestado pela ferramenta DPAP (Duração do Passivo e Ajuste de Precificação) disponibilizada pela Previc e referenciada na Portaria Previc nº 86/2019.

4 Plano De Custeio

O Plano de Custeio para 2019 tem início de vigência em 01/01/2019 e é abaixo descrito.

4.1 Custeio Previdenciário

- ◆ Contribuições Normais de Ativos: contribuições normais, mensais, que são pagas da seguinte forma:
 - ◆ 3% sobre o salário de participação limitado à metade do teto do salário de contribuição para o RGPS;
 - ◆ 5% adicionais sobre a parcela do salário de participação que exceder a metade do salário de contribuição para o RGPS, limitada ao teto do salário de contribuição para o RGPS; e
 - ◆ 6% adicionais sobre a parcela do salário de participação que exceder ao teto do salário de contribuição para o RGPS.
- ◆ Contribuições Normais de Patrocinadora:
 - ◆ As patrocinadoras contribuem de forma paritária às contribuições normais dos participantes ativos.
- ◆ Contribuições Normais de Autopatrocinados:
 - ◆ Contribuição mensal, idêntica à dos participantes ativos, porém com adicional da parcela que seria devida pela patrocinadora.
- ◆ Contribuições de BPD:
 - ◆ Não há contribuições a serem feitas por participantes que estão aguardando BPD;
- ◆ Contribuições de Assistidos:
 - ◆ Não há contribuições a serem feitas por aposentados ou pensionistas.

4.2 Custeio Administrativo

Como fonte de receitas para o custeio das despesas administrativas, conforme voto Centrus 2018-24, serão utilizados recursos do PBDC, de acordo com o parágrafo único do art. 3 da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009:

- ◆ Prioritariamente, taxa de carregamento de 15% sobre as contribuições dos participantes e da patrocinadora;
- ◆ Complementarmente, do resultado dos investimentos do plano, deduzido o valor do custeio sobre as contribuições dos participantes e patrocinadora, a taxa de administração de 1,0% dos recursos garantidores do plano, de acordo com o art. 6º da citada Resolução; e
- ◆ Taxa de administração do Participante em BPD: 0,083% a.m. sobre o valor de referência atualizado.

5 Conclusão

No encerramento do exercício de 2018, o PBDC apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 151.014.632,62, que representa 68,99% das suas respectivas Provisões Matemáticas. Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 54.723.595,46, o Superavit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência, devendo a parcela do Superavit que ultrapassar este limite, apurada no encerramento do exercício de 2018 em R\$ 96.291.037,16, ser alocada como Reserva Especial do plano de benefícios.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PBDC, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2018 situação superavitária, sendo que o Superavit apresentado resultou em constituição de Reserva Especial, não sendo, porém, obrigatória a realização de destinação de Superavit durante o exercício de 2019.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2019.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



GIANCARLO GIACOMINI GERMANY

Diretor Executivo | Atuário MIBA 1020 | MIBA 2481



FABRÍZIO KRAPF COSTA

Diretor de Serviços Atuariais | Atuário



DANIELA WEBER RABELLO

Consultora Sênior | Atuária MIBA 1747

PCD

PARECER ATUARIAL

MIRADOR 0159/2019

Avaliação Atuarial do encerramento de 2018 do PCD

1 Objetivo

Este parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PCD, administrado pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS.

O PCD é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2002.0048-38 e estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de participantes, assistidos e beneficiários do plano previdenciário. As hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras não são aplicáveis à Avaliação Atuarial do PCD para apuração das Provisões Matemáticas, contudo, são utilizadas para concessão de benefícios do plano. Estas hipóteses são estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Ordinária datada em 27/09/2018, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

A Avaliação Atuarial do PCD foi procedida pela MIRADOR considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base 31/12/2018.

2 Grupo de Custeio

2.1 Evolução dos Custos

O custo normal do PCD, estruturado na modalidade de contribuição definida, representa o percentual médio aportado mensalmente pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadora, apurado considerando o nível de contribuição arrecadada com a aplicação das alíquotas escolhidas pelos participantes e autopatrocinados, em relação à folha de salários de participação.



Em 2018, o custo médio apurado é de 4,34% sobre a folha dos salários de participação dos participantes, sendo destinados ao financiamento dos benefícios previdenciários. Em relação ao exercício anterior, que registrou um custo médio de 4,31% da folha de salários de participação, houve um aumento de 0,03 ponto percentual. O plano não possui carregamento administrativo.

2.2 Variação das Provisões Matemáticas

O plano de benefícios aqui analisado apresenta Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC) no valor de R\$ 109.102.453,38, e Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) no valor de R\$ 65.315.518,60.

Em relação ao encerramento do exercício de 2017, não houve variação dos compromissos atuariais do plano, porém ocorreu aumento das provisões matemáticas (saldos de conta) decorrente de novas adesões, contribuições voluntárias e portabilidades no período.

2.3 Principais Riscos Atuariais

Considerando que o plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, o principal risco é o não alcance da rentabilidade mínima necessária na aplicação dos recursos garantidores e, dessa forma, frustração das expectativas de retorno e formação de poupança previdenciária pelos participantes. Portanto, a rentabilidade obtida deve ser objeto de constante acompanhamento.

2.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não foi constatada insuficiência de cobertura no plano de benefícios, pois o plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

3 Plano de Benefícios

3.1 Qualidade da Base Cadastral

Para fins da avaliação atuarial do PCD, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/12/2018. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

3.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

No encerramento de 2018, o plano apresenta o valor de R\$ 45.299,14 alocado em fundo previdencial, referente ao Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (“Fundo de Sobra de Resgate - Funre”).

As regras de constituição e reversão do fundo previdencial não sofreram alterações no último exercício, estando especificadas no Regulamento do Plano de Benefícios e na Nota Técnica Atuarial.

3.3 Variação do Resultado

A situação financeiro-atuarial do plano, em 31/12/2018, apresentou resultado nulo, tendo em vista ser um plano estruturado na modalidade de contribuição definida, em que os compromissos com os participantes estão limitados aos seus respectivos saldos de conta individuais.

3.4 Natureza do Resultado

Este plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, sendo o patrimônio de cobertura de valor idêntico ao somatório dos saldos de contas individuais dos participantes, não apresentando como resultado deficit ou Superavit técnico.

3.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Não é necessária a implementação de plano de equacionamento de deficit, pois o plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

3.6 Adequação dos Métodos de Financiamento

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

3.7 Outros Fatos Relevantes

- ◆ A rentabilidade nominal líquida obtida pela CENTRUS na aplicação dos Recursos Garantidores do PDC ao longo de 2018 foi de 6,36% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,41% (IPCA acumulado em 2018, de 3,7455%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 2,52% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,5% ao ano estabelecida para 2018.



- ◆ A capacidade financeira da EFPC em manter os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” é verificada anualmente pela elaboração de estudos de ALM e também quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Instrução Previc nº 23/2015. Além disso, os títulos públicos federais utilizados na apuração do Ajuste de Precificação atendem aos requisitos listados no Art. 9º da Instrução Previc nº 19/2015, conforme atestado pela ferramenta DPAP (Duração do Passivo e Ajuste de Precificação) disponibilizada pela Previc e referenciada na Portaria Previc nº 86/2019.

4 Plano De Custeio 2019

O Plano de Custeio para 2019 tem início de vigência em 01/01/2019 e é descrito abaixo.

4.1 Custeio Previdenciário

- ◆ Contribuições Normais de Ativos:
 - ◆ Contribuições normais, mensais, que equivalem a um percentual escolhido pelo próprio participante sobre o salário de participação, observando o mínimo de 3%, em intervalos de 0,5%;
 - ◆ O participante que optar pela contratação de seguro destinado à cobertura adicional de risco poderá comprometer parte de sua contribuição normal para esse fim, observado o limite máximo a ser definido anualmente pelo Conselho Deliberativo.
- ◆ Contribuições Normais de Patrocinador:
 - ◆ O patrocinador BANCO CENTRAL não realiza contribuições;
 - ◆ A patrocinadora CENTRUS contribui de forma paritária às contribuições normais dos participantes ativos, limitado a um percentual de 12% sobre os salários de participação.
- ◆ Contribuições Normais de Autopatrocinados:
 - ◆ Contribuição mensal, idêntica à dos participantes ativos, porém com adicional da parcela que seria devida pela patrocinadora.
- ◆ Contribuições de BPD:
 - ◆ Não há contribuições a serem feitas por participantes que estão aguardando BPD.
- ◆ Contribuições Normais de Assistidos:
 - ◆ Não há contribuições a serem feitas por aposentados ou pensionistas.
- ◆ Contribuições Voluntárias de Participantes e Assistidos:
 - ◆ Contribuições facultativas valor mínimo equivalente a duas vezes a UBR (unidade básica de referência).

4.2 Custeio Administrativo

- ◆ Taxa de Carregamento: 0,0% sobre as contribuições;
- ◆ Taxa de Administração: 0,8% a.a. dos recursos garantidores do plano, conforme Voto Diaco-2018/6, relativo ao Plano de Gestão Administrativa – PGA – “Avaliação da capacidade financeira do fundo administrativo dos planos de benefícios”.

5 Conclusão

No encerramento do exercício de 2018, o PCD apresenta um resultado técnico nulo, tendo em vista ser um plano estruturado na modalidade de contribuição definida, em que o compromisso com os participantes está limitado aos seus respectivos saldos de conta individuais.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PCD, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano encontra-se equilibrado.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2019.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



GIANCARLO GIACOMINI GERMANY

Diretor Executivo | Atuário MIBA 1020 | MIBA 2481



FABRÍCIO KRAPF COSTA

Diretor de Serviços Atuariais | Atuário



DANIELA WEBER RABELLO

Consultora Sênior | Atuária MIBA 1747



 www.centrus.org.br

Fundação Banco Central de Previdência Privada
SCN Quadra 2 - Bloco A
Ed. Corporate Financial Center - 8º andar
CEP 70712 900 - Brasília (DF)

 0800 704 0494